

## BNCC E SUAS CONCEPÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Greicy Oliveira Nascimento<sup>1</sup>  
Maria Verônica Moraes de Araújo<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise inicial a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo como ponto de partida as concepções de organização e construção de um currículo escolar que leve em consideração as competências e habilidades proposta pelo documento, para que assim possam ser garantido o desenvolvimento do aluno em sua totalidade cognitiva, social, motora e cultural. O documento carrega uma visão de busca pela redução das desigualdades sociais respeitando as diferenças individuais de cada um, em relação a forma com que cada educando irá aprender sobre determinado assunto. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se a análise documental. A análise realizada mostra os importantes pontos que a base carrega, apontados por alguns autores entrelaçados ao processo educacional, reforçando o caráter democrático, as implicações no exercício da nova proposta, e sua construção de fatores que devem compor, especificamente, a educação infantil.

**Palavras-chave:** Base Nacional Comum Curricular, Currículo, Educação Infantil.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir da necessidade de entender os documentos normativos que orientam a prática pedagógica assim como constituem os aspectos formativos e curriculares atrelados a formação de professores no curso de Pedagogia. E, um dos documentos propostos pela atualidade formativa de professores consiste na Base Nacional Comum Curricular, conhecida por sua abreviatura como BNCC.

Desta forma, este trabalho objetivou-se em analisar de que forma os aspectos constitutivos que compõem as competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo trabalho docente atinge a formação docente em seus múltiplos contextos formativos, especificamente, tratando-se de educação infantil. Compreende-se que este documento é o apontamento de uma

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação na Amazônia (PGEDA-UFAM), mestra em Ensino de Ciências e Humanidades (PPGECH-UFAM) e licenciada em Pedagogia (IEAA/UFAM)  
e-mail: [greicyoliveiran@hotmail.com](mailto:greicyoliveiran@hotmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente – IEAA/UFAM e-mail: [antoniamarques7890@gmail.com](mailto:antoniamarques7890@gmail.com)

política curricular, ou seja, está atrelado a concepções de educação que podem divergir da realidade do aluno, assim como, do contexto de atuação docente.

É de se pensar que o documento formalizado contribui para a elaboração do planejamento curricular dando norteamento para educação básica e para a formação docente. Não se mensura sua importância somente como apenas um documento escrito que os cursos de formação de professores necessitam ter acesso, à medida que, sua função é direcionar o currículo para dentro do âmbito escolar, viabilizando o contexto político-histórico-cultural e social o qual se direciona o currículo. Tendo em vista que é um documento que tem como função conduzir a aprendizagem dos alunos para um caminho no qual irá desenvolver determinadas habilidades e competências, possibilitando que os educandos criem e recriem a partir do direcionamento em que o educador irá seguir, garantindo assim o direito à aprendizagem (espera-se que de maneira significativa) e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes.

Desta forma, busca-se uma educação igualitária e de qualidade, visando tanto a educação pública quanto a educação privada. Cabe então a cada instituição a elaboração de um currículo que contemple as competências e habilidades propostas pela BNCC, seguindo assim as suas diretrizes, considerando-se que o currículo deve ser elaborado juntamente com a comunidade escolar.

Portanto, a Base Nacional Comum Curricular pode ser considerada um documento que visa promover (em sua teoria) a igualdade no sistema de ensino educacional, contemplando a formação integral do indivíduo e também a edificação de uma sociedade mais democrática, inclusiva, justa, criativa e ativa. Assim, almeja-se que o indivíduo se encontre e participe ativamente do meio em que vive, respeitando as diferenças sociais, ponderando os seus direitos e deveres.

## **METODOLOGIA**

A fonte de dados para a realização desta pesquisa se pautou-se em um caráter bibliográfico e documental. Ruiz (2006) destaca que a pesquisa bibliográfica é a primeira etapa que o pesquisador deve realizar antes de ir a campo, pois a relevância de um estudo bibliográfico para execução de toda e qualquer pesquisa se constrói através de um aprofundamento teórico sobre a temática estudada.

No que se refere ao caráter documental, os caminhos delineadores deste trabalho se constituíram e foram possíveis através da análise documental que conforme Ludke e André

(1986) consiste como uma série de operações, que envolve aspectos desde estudar e analisar um ou vários documentos na busca de identificar informações factuais nos mesmos. Os procedimentos metodológicos constituem-se em duas etapas: primeiramente ocorre a seleção do documento; e secundamente a análise do documento ao que se refere o estudo. Neste trabalho o documento que será objeto de estudo e investigação é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo como objetivo analisar as concepções descritas na formulação da BNCC e seus aspectos a respeito da educação infantil.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **FORMULAÇÃO DA BNCC PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de extrema importância que auxilia os professores e tem como objetivo orientar os educadores em relação aos conteúdos aplicados em sala. Este documento apresenta a parte comum que comporá o currículo escolar, apresentando-se a partir da ideia de homogeneidade. A educação deve visar em uma formação de ensino que reduza as desigualdades sociais, respeitando as diferenças contextuais, culturais e geográficas.

A organização do currículo acontece de diferentes modalidades, pois as propostas citadas precisam atender os diferentes locais, composto por orientações das diretrizes curriculares nacionais. Tendo em vista que o documento legal, não deve ter um único caminho para ser seguido nas escolas, é preciso ouvir as vozes dos professores e dos alunos, pois são eles que compõem o chão da escola, estes carregam suas marcas culturais que precisam fazer parte da construção deste currículo. Neste caso, há uma necessidade de criar um Plano Político Pedagógico (PPP), que traga propostas comuns a todos os interessados mediante a escola, garantindo igualdade de pensar nos diversos contextos que podem compor o cenário educacional da educação infantil. Sabe-se que o currículo também deve apresentar os conceitos e métodos de ensino que serão executados na instituição escolar.

Os autores como Kramer (1996), Moreira e Silva (2000), ressaltam que a história da educação infantil no Brasil, teve início a partir de 1875, através da criação do primeiro Jardim de Infância no Rio de Janeiro e o segundo teve início após dois anos em São Paulo. Os primeiros jardins de infância que foram fundados tinham suas propostas pedagógicas baseadas na teoria de Froebel, que considera o início da infância como uma fase importante na formação das pessoas. Na metade do século XX, ocorreu um grande crescimento das indústrias e imigrações

em todos os países, com isso as mulheres conseguem a começa a luta pelos seus direitos de ocupar um lugar no mercado de trabalho isto fez com que aumentasse as vagas nos jardins de infância. Retrata-se que antigamente nem todas as crianças tinham acesso à educação de um modo geral, sendo um privilégio da classe média frequentar a escola, enquanto as demais crianças eram privadas dos estudos e serviam apenas como força de trabalho.

Com o avançar do tempo, em 1970, o Brasil adotou uma modalidade de ensino que foi desenvolvido nos Estados Unidos e na Europa, com isso surgiu a educação infantil que facilitou o acesso para as crianças da classe baixa frequentarem a escola, porém o ensino possuía suas mazelas de precariedade. Finalmente, em 1996 foi criada a lei nº 9.394 com a nomenclatura de Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB), aprovada em 20 dezembro de 1996, que declara na seção II no Art. 29 e Art. 30 como será oferecida a educação infantil, estabelecendo que crianças com até três ano de idade têm o direito ao acesso à creche e crianças de quatro a cinco anos de idade à pré-escola, esse direito de acesso à educação vem baseado na Lei nº 12.796, de 2013. Além disso, a LDB estabelece a obrigatoriedade de se elaborar Diretrizes Curriculares voltadas para a Educação Básica. Por conseguinte, o Conselho Nacional de Educação ficou responsável pela organização e elaboração desses documentos curriculares em parceria com a comunidade escolar.

Neste contexto, percebe-se que a educação ao longo de sua trajetória vem procurando meios para vencer os desafios e incentivando os educadores a não desistirem de contribuir para a formação de cidadão consciente, pois a educação é um direito humano que deve afirmar valores e estimar ações que contribuam para a transformação de uma sociedade. De acordo com Feitosa (1999, p.17) “vivemos numa sociedade globalizada, altamente tecnológica que aponta para sucessivas mudanças e para a construção de um novo tempo que, por sua vez, exige a construção de novos paradigmas educacionais”. Compreende-se que a escola é um espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva devendo fortalecer a não discriminação, o não preconceito e o respeito as diferenças e diversidades (BNCC, 2017.p. 14).

Não podemos deixar de mencionar que o currículo e a BNCC são documentos que se complementam na construção dos princípios e valores definidos para cada etapa da educação. Através do currículo é possível selecionar, organizar, identificar, decidir sobre formas de ensino, pois é importante conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza, diversidade das famílias e da comunidade escolar. Desta forma, o professor estará envolvendo a realidade local dos alunos com os conteúdos interdisciplinar que fortalece o ensino e a aprendizagem dos mesmos.

É necessário que os professores tenham uma formação docente para atuarem nas salas de aulas, pois tais saberes necessitam ganhar relevância nas metodologias educativas, associando uma ementa de novos saberes a serem “ensinados-aprendidos” de maneira metódica e constante (PIERUCCINI, 2004). Diante disso, estarão proporcionando e garantindo uma aprendizagem na qual está interligada há uma educação de qualidade para o cidadão em sua construção social, pois pensar em uma formação docente que atenda a estes objetivos é pensar em um profissional que faz de seus alunos críticos, capaz de pensar e atuar em seu contexto.

Como formulam Tardif e Lessard (2005, p.38) os professores são atores que “[...] dão sentido e significado aos seus atos, e vivenciam sua função como uma experiência pessoal, construindo conhecimentos e uma cultura própria”. Mediante a isto, a formação docente é um caminho no qual fornece ao professor um mundo de conhecimentos novos, de aprendizagem, e conhecimento da sua prática como sujeito capaz de modificar vidas e realidades. Diante disto, a formação docente não pode se dá por encerrada logo após do término da graduação, ser professor é escolher estar sempre em constância formação, bem como, se transformando de acordo com os aspectos no qual se depara na sua prática docente como também na formação contínua.

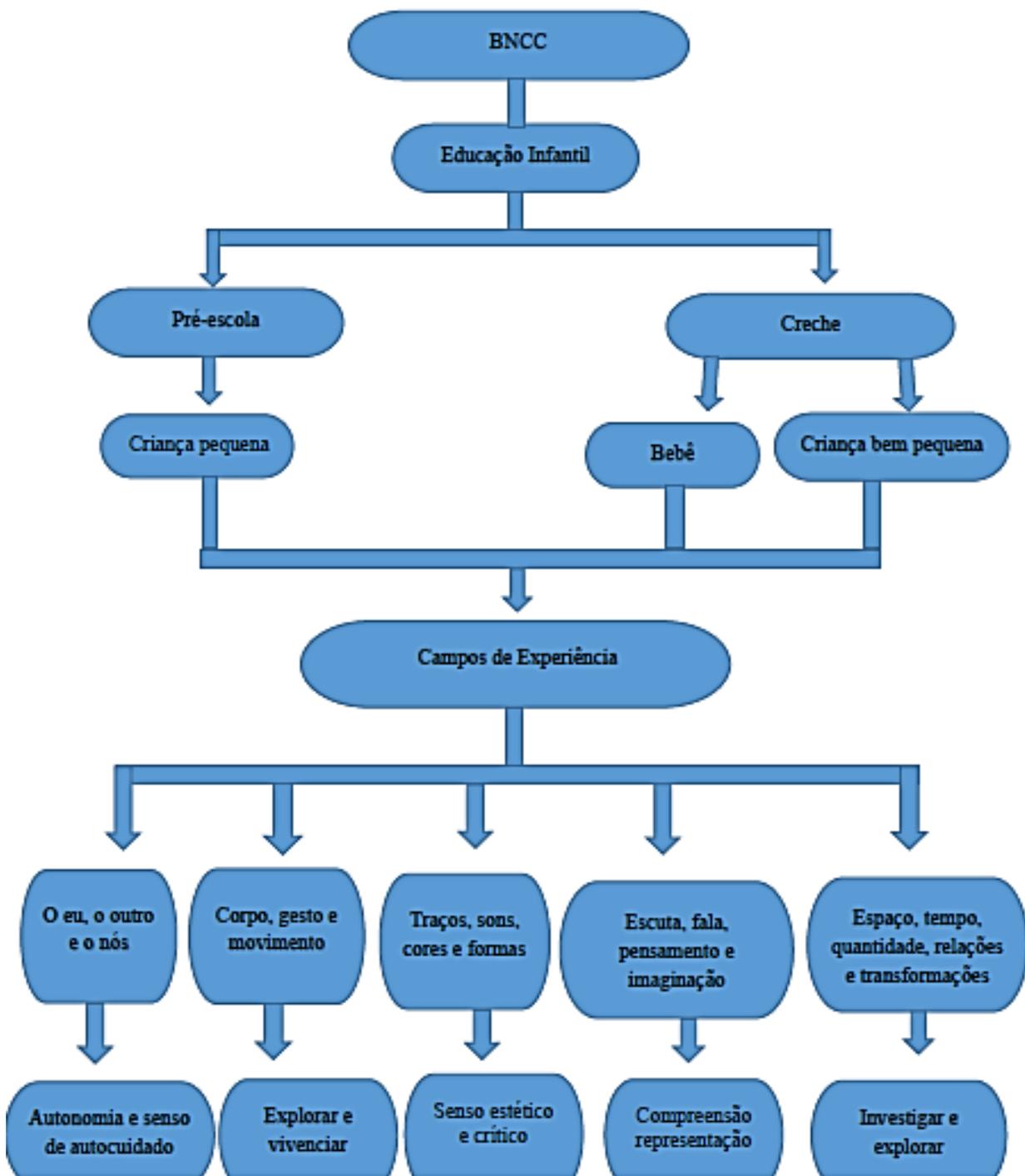
O ato de aprender implica passar por grandes transformações, mudando a maneira de pensar e agir, pois requer atitudes perante ao seu conhecimento e a sua aprendizagem. Severino (2007, p.7) classifica esta ação como “[...] sendo uma atividade de construção, a aprendizagem envolve necessariamente a prática” [...]. Portanto, é necessário fazer novas descobertas, se adaptar à novos horizontes.

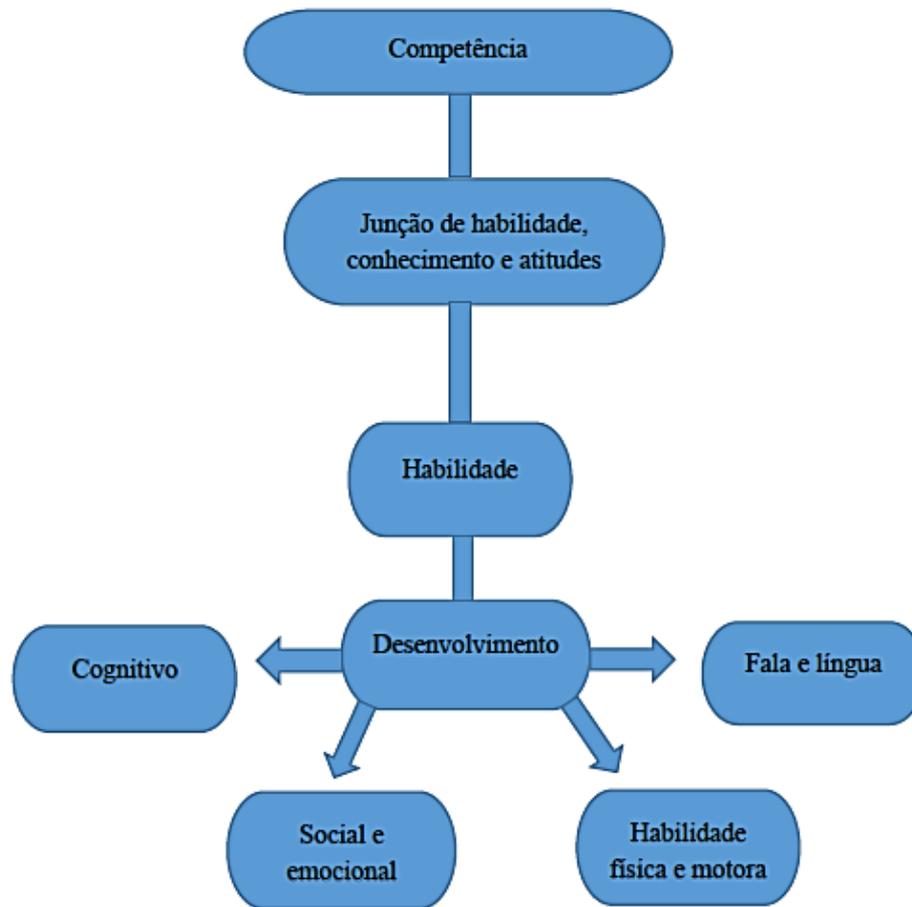
A Base Nacional Comum Curricular tem por ideal melhorar a educação a nível nacional. Outro ponto bastante relevante que este documento rege é homogeneizar os conteúdos em todo Brasil, buscando através de sua teoria igualdade na construção curricular entre o ensino privado e o público, visando tornar os estudantes capacitados para exame nacional como, por exemplo, o ENEM, PSC, dentre outros.

Levando em consideração o ponto de vista teórico o ideário do documento BNCC se torna agradável aos olhos de quem lê, no entanto, a forma como se aplicará na prática deixa inúmeras incertezas e questionamentos. O nosso Brasil possui uma construção geográfica extensiva em território, deste ponto partimos para a construção cultural, social, histórica e econômica que cada região em sua singularidade possui. Pensar como as escolas, por exemplo, indígenas, ribeirinhas, quilombolas, do campo irão se enquadrar a esta realidade é uma questão que deve ser pensada por todos que dizem fazer educação, e não somente por quem se concentra nas regiões mais privilegiadas no país. Com isso pode-se notar que homogeneizar a educação a nível nacional pode ser mais complexo que prever os mesmos conteúdos para todo o país.

Verifica-se que a BNCC é um documento que guia quais as aprendizagens serão trabalhadas nas escolas (seja pública ou privada) de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Através de uma análise feita sobre a BNCC montou-se um organograma, que será apresentado como este documento é estruturado na Educação Infantil.

Figura 1: Organograma Educação Infantil – BNCC





Fonte: BNCC (2017)

Com base no exposto acima, é possível identificar que a organização curricular da educação infantil está estruturada em campos de experiências, habilidades, competências, todas subdivididas em fases (creche, pré-escola, etc.), tudo isso para o pleno desenvolvimento do estudante. Partindo dos campos experienciais nota-se os nortes para a construção do currículo que venham desenvolver as abordagens cognitivas, social e emocional, habilidade física e motora e fala e língua nessa etapa da educação básica.

Contudo, a BNCC ainda é um documento novo dentro dos cursos de licenciaturas, no qual ainda está ganhando espaço de apropriação na formação de professores, sem levar em consideração os professores já formados que estão há anos dentro da sala de aula, para que haja adequação de sua prática conforme o documento pontua ainda teremos inúmeras barreiras a serem quebradas. No entanto, a necessidade de adequação se faz urgente, porém o que o documento prega em sua teoria ainda se mantém muito distante da pluralidade e ao mesmo tempo da singularidade que é composta a educação brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho permitiu conhecer, inicialmente, a Base Nacional Comum Curricular e discutir as suas principais mudanças e a concepção de ensino e aprendizagem estão estabelecidas para a Educação Básica, em especial a Educação Infantil. Este trabalho também possibilitou explorar e conhecer as competências e habilidades da Educação Infantil, os seus diversos campos de experiências, assim como as maneiras em que é possível abordar a aprendizagem significativa de forma que tenha uma boa influência na formação humana de um cidadão dentro do seu contexto social.

Destacou-se o desenvolvimento das competências que a BNCC propõe para a Educação Infantil e suas principais formas de serem exploradas dentro de cada campo de experiência. Percebe-se que a BNCC serve como base para a construção da prática dos professores, mesmo sendo um documento que causa determinados questionamentos, sendo um deles, a falta de direcionamento ao professor que irá trabalhar com a educação do campo, ou seja, mesmo com o avanços no direito ao acesso à educação ainda vivemos rodeados com as contradições. A falta de comprometimento com a qualidade da educação demonstra ser contínua e o principal prejudicado é o aluno, que vive à margem da discriminação social por depender de políticas públicas distantes de sua realidade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília/ MEC, 2017.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. **Método Paulo Freire – Princípios e práticas de uma concepção popular de educação**. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1999.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel. (Orgs.). **Infância: Fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papirus, 1996.

KUHLMANN JR. Moysés, M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. In: KUHLMANN JR., M.; FREITAS, M. C. de. (Orgs.). Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **A pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU. 1986.

MOREIRA, Antônio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PIERUCCINI, I. **Biblioteca escolar, pesquisa e construção do conhecimento.** In: ROMÃO, L. M. S. (Org.). Sentidos da biblioteca escolar. São Carlos: Alfabeta, 2008, p. 41-69.

RUIZ, João Álvaro. *Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SPRINGER, Jéssica. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro. de 2020.

TARDIF, M; LESSARD E GAUTHIR, C. **Formação dos professores e contextos sociais.** Porto, Portugal: Rêes editora, 2001.